

Segurança alimentar em Santa Catarina, nas perspectivas de gênero raça e políticas públicas

Felipe Fernandes¹

RESUMO

Este trabalho discute os desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional em Santa Catarina, com foco nas comunidades periféricas de Florianópolis, partindo de revisão de literatura, pesquisas abordadas pelo autor na participação em plenária do Conselho de Segurança Alimentar de SC (CONSEA). São analisados dados sobre insegurança alimentar, consumo de alimentos ultraprocessados, além do impacto das políticas públicas como o Programa de aquisição de alimentos (PAA) e Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE). O papel da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na promoção da segurança alimentar é destacado por meio de suas iniciativas de pesquisa e extensão. Os resultados apontam para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e maior articulação entre governo e academia.

Palavras-Chave: Segurança alimentar; Políticas Públicas; Ultraprocessados; Comunidades Periféricas; Florianópolis

CONTEXTO

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é um direito fundamental defendido pela Lei n.º 11.346/2006, que busca a garantia de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma sustentável. No Brasil, a insegurança alimentar afeta majoritariamente as comunidades periféricas, compostas em sua maioria por pessoas pretas, pardas e mulheres (SILVA et al., 2022). Esses grupos enfrentam barreiras no acesso a alimentos saudáveis, que pode resultar em um consumo elevado de alimentos ultraprocessados e no agravamento de doenças crônicas não transmissíveis.

Neste trabalho, foi observado brevemente o papel de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no combate à insegurança alimentar e na garantia do acesso a alimentos frescos e saudáveis. A importância dessas políticas para as populações periféricas além do papel da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na promoção da segurança alimenta.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. felipessilvaffernandes@gmail.com



DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta pesquisa observou a implementação de políticas públicas em Santa Catarina, especialmente no município de Florianópolis, em relação à segurança alimentar e ao consumo de alimentos ultraprocessados. Santa Catarina tem se destacado como um estado com bons indicadores de desenvolvimento humano, mas ainda possui desafios na promoção de uma alimentação saudável para as populações em vulnerabilidade social. A capital, Florianópolis, apresenta uma das cestas básicas mais caras entre as capitais brasileiras, dificultando ainda mais o acesso das famílias mais pobres a uma alimentação equilibrada.

A análise mostra que a população periférica de Florianópolis, composta em sua maioria por pessoas pretas, pardas e mulheres chefes de família, tem acesso limitado a alimentos saudáveis, o que pode levar ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

As políticas públicas, como o PAA e o PNAE, têm um papel fundamental na diminuição desses problemas, promovendo a compra de alimentos frescos da agricultura familiar e garantindo o acesso desses alimentos nas escolas. No entanto, ainda há desafios relacionados à infraestrutura de distribuição e à inclusão de pequenos agricultores no processo.

A população preta e parda, que historicamente sofre com a exclusão social, enfrenta as maiores barreiras para o acesso a uma alimentação de qualidade. Essa realidade se reflete nos dados do IPEA (2022), que mostram uma correlação direta entre raça/cor e insegurança alimentar.

As políticas públicas locais, embora presentes, nem sempre são suficientes para reduzir essas desigualdades. O consumo de alimentos ultraprocessados cresce, especialmente entre essas populações, pela combinação de fatores como o preço acessível, a conveniência e a falta de acesso a opções mais saudáveis. O consumo de alimentos ultraprocessados nas comunidades periféricas tem implicações severas para a saúde pública. Estudos recentes mostram que esses alimentos, ricos em açúcares, gorduras e sódio, estão diretamente associados ao aumento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, que afetam desproporcionalmente as populações de baixa renda (Souza et al., 2023).

A escolha por esses alimentos não se dá apenas por preferências culturais, mas por questões de acessibilidade e preço. A falta de mercados que ofertem alimentos frescos e saudáveis, como frutas, verduras e legumes, em bairros periféricos é um reflexo da chamada “geografia da fome” (Castro, 1984). Essa ausência de infraestrutura alimenta o ciclo de pobreza e doença, criando um problema estrutural de difícil solução. Ao mesmo tempo, as iniciativas governamentais e da sociedade civil que promovem o consumo de alimentos frescos ainda enfrentam barreiras de implementação, especialmente em áreas de difícil acesso.

Dentre as políticas públicas que têm papel fundamental na promoção da segurança alimentar, destacam-se o PAA e o PNAE. O Programa de Aquisição de Alimentos (Lei n.º 14.628/2023) é uma das principais ferramentas do governo federal para garantir que alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar

cheguem às populações vulneráveis. Em Santa Catarina, a implementação do PAA tem sido essencial para fortalecer a cadeia produtiva local, contribuindo para a inclusão social e econômica de pequenos produtores (Oliveira et al., 2021).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, garante que crianças e adolescentes tenham acesso a uma alimentação saudável nas escolas públicas. Florianópolis tem se destacado na execução do PNAE, com a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, o que não só promove a alimentação saudável nas escolas, e a economia circular.

Contudo, esses programas enfrentam desafios em sua execução, como a falta de infraestrutura, a exclusão de conselhos municipais de segurança alimentar em diversas cidades, falta de estrutura logística para distribuição em comunidades mais remotas e a burocracia que dificulta a inclusão de pequenos agricultores. Ainda assim, o impacto positivo dessas políticas na segurança alimentar e nutricional é inegável.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desempenha um papel estratégico na promoção da segurança alimentar, tanto por meio de sua produção científica quanto por suas iniciativas de extensão. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos, por exemplo, têm gerado inovações tecnológicas que visam melhorar a qualidade e a durabilidade dos alimentos, contribuindo para um sistema alimentar mais sustentável e acessível.

Exemplos de projetos desenvolvidos pela UFSC:

- Rotulagem Nutricional em Alimentos Embalados: Reconhecendo Práticas Eficientes (Professora Dra. Ana Carolina de Oliveira Costa);
- Solventes eutéticos profundos (DES) como estratégia sustentável na recuperação de compostos fenólicos (Professora Dra. Renata Dias de Mello Castanho Amboni);
- Algas na alimentação humana: tecnologia, segurança e qualidade (Professor Dr. Gisutino Tribuzi);
- Processos de desidratação de polpas de frutas da família Myrtaceae (Professora Dra. Carmen Maria de Oliveira Muller).

RESULTADOS

Os dados sobre segurança alimentar em Florianópolis revelam que 12,5% da população enfrenta algum grau de insegurança alimentar, com uma prevalência maior entre a população preta e parda (20,7%). Em comparação com a média estadual e nacional, Florianópolis apresenta índices mais baixos de insegurança alimentar, embora ainda alarmantes em áreas periféricas, onde o acesso a alimentos é limitado.

Segundo o relatório do IPEA de 2022, o consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil representa de 20% a 25% das calorias diárias totais, dependendo da região e do nível socioeconômico. Famílias de baixa renda gastam uma proporção maior do seu orçamento com alimentos ultraprocessados. O IPEA também aponta que, quanto menor a escolaridade, maior a participação desses produtos na dieta. Em regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste do Brasil, observa-se um consumo elevado de ultraprocessados em comparação com as regiões

Sul e Sudeste. Entretanto, mesmo em regiões mais ricas, as populações de baixa renda sofrem com essa dependência.

Isso está diretamente relacionado à falta de mercados que ofereçam alimentos frescos e ao baixo poder aquisitivo dessas populações. A falta de fiscalização, cumprimento das políticas públicas de segurança alimentar, investimento no setor e incentivo às hortas comunitárias caminham na contramão das políticas públicas.

Em termos de políticas públicas, o PAA e o PNAE têm um papel importante no combate a esses problemas. Em 2023, o PNAE garantiu que grande parte das escolas municipais de Florianópolis adquirissem alimentos diretamente da agricultura familiar, promovendo uma alimentação mais saudável entre os alunos. Entretanto, ainda há desafios na distribuição desses alimentos para áreas mais remotas, conforme relatado pelo CONSEA (2020).

Os dados levantados pelo autor também influenciaram um dos eixos da campanha da vereadora eleita na cidade de Florianópolis, Ingrid Sateré-mawé. Pela primeira vez, uma mulher indígena assume uma cadeira na câmara de vereadores, levando consigo a pauta de segurança alimentar, o que representa grande avanço nesta temática.

A segurança alimentar em Santa Catarina, especialmente em Florianópolis, continua sendo um desafio, particularmente nas comunidades periféricas e entre a população preta e parda. A combinação de políticas públicas, como o PAA e o PNAE, com o papel ativo da UFSC, é fundamental para avançar na garantia do direito à alimentação adequada. O fortalecimento dessas iniciativas pode garantir a melhoria da segurança alimentar e nutricional, promovendo soluções sustentáveis e inclusivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.** Brasília: CONSEA, 2020. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/consea/>. Acesso em: 20 out. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Insegurança Alimentar no Brasil: Panorama e Desafios.** Brasília: IPEA, 2022.

OLIVEIRA, R. et al. Segurança alimentar e nutricional: políticas públicas e desafios no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021.

SILVA, S. O. et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxjZpFm3zC3r/#>. Acesso em: 20 out. 2024.

SOUZA, J. P. et al. O impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde pública no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 36, n. 3, 2023.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO_Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

UFSC. **SIGPEX**. Disponível em: <https://sigpex.sistemas.ufsc.br/publico/consultaSemSigilo.xhtml>. Acesso em: 20 out. 2024.